

VIA DA APROVAÇÃO

MINISSIMULADO GCM SALVADOR

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL



20 QUESTÕES

NÍVEL ALTO • PADRÃO FGV

CADERNO DE QUESTÕES • FOLHA DE RESPOSTAS • GABARITO COMENTADO

@palestranteluanlima

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

Este caderno foi elaborado para treino de alto nível, com comandos e alternativas inspirados no padrão objetivo da FGV. Todas as questões são inéditas e possuem apenas uma resposta correta.

QUESTÕES	VALOR SUGERIDO	TEMPO SUGERIDO	TOTAL
20	0,5 ponto cada	40 minutos	10,0 pontos

ORIENTAÇÕES

- Leia integralmente o comando antes de analisar as alternativas.
- Nas questões com comando negativo, a palavra **incorreta** está destacada para reduzir erro de leitura.
- Marque somente uma alternativa por questão na folha de respostas.
- Resolva primeiro sem consulta. Depois, utilize o gabarito comentado para identificar a regra legal e o motivo do erro.
- A legislação pode ser alterada. Este material considera as fontes oficiais e a redação vigente consultada em setembro de 2026.

CONTEÚDO COBRADO

Lei Complementar Municipal nº 1/1991: regime estatutário, estágio probatório, deveres, proibições, responsabilidades e regime disciplinar. Lei Orgânica do Município de Salvador: competências, processo legislativo, Administração Pública e acesso aos cargos públicos.

NOTA TÉCNICA

O art. 1º da LC nº 1/1991 foi considerado em sua redação vigente, que caracteriza expressamente o regime como estatutário. O texto-base oficial e as alterações posteriores foram confrontados para a elaboração das questões.

CADERNO DE QUESTÕES

Assinale a alternativa que responde corretamente a cada comando.

QUESTÃO 01 | VIA DA APROVAÇÃO

À luz da redação vigente da Lei Complementar Municipal nº 1/1991, assinale a alternativa correta quanto ao regime jurídico por ela instituído.

- A) Aplica-se somente aos servidores do Poder Executivo da Administração Direta.
- B) É estatutário e alcança servidores da Administração Direta, das autarquias e das fundações públicas, em ambos os Poderes municipais.
- C) É celetista para as fundações públicas e estatutário apenas para a Administração Direta.
- D) Abrange empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente do vínculo.
- E) Alcança exclusivamente os ocupantes de cargos efetivos, excluídos os cargos em comissão.

QUESTÃO 02 | VIA DA APROVAÇÃO

Sobre o estágio probatório previsto na Lei Complementar Municipal nº 1/1991, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O servidor nomeado para cargo efetivo fica sujeito a estágio probatório pelo período de três anos.
- B) A aptidão e a capacidade são apuradas por Avaliação Especial de Desempenho.
- C) A avaliação deve ser obrigatória e periódica e cabe a comissão constituída especificamente para esse fim.
- D) Durante o estágio probatório, o servidor pode afastar-se livremente do cargo, desde que não haja prejuízo ao serviço.
- E) Na acumulação legal de cargos, o servidor cumpre estágio probatório em cada cargo para o qual tenha sido nomeado.

QUESTÃO 03 | VIA DA APROVAÇÃO

Constitui conjunto formado apenas por fatores mínimos de avaliação do estágio probatório, segundo a Lei Complementar Municipal nº 1/1991:

- A) pontualidade, assiduidade, disciplina, responsabilidade, produtividade e ética.
- B) urbanidade, liderança, criatividade, produtividade, zelo e eficiência.
- C) assiduidade, iniciativa, economicidade, lealdade, urbanidade e ética.
- D) disciplina, produtividade, escolaridade, antiguidade, responsabilidade e pontualidade.
- E) ética, eficiência, liderança, hierarquia, assiduidade e qualificação profissional.

QUESTÃO 04 | VIA DA APROVAÇÃO

Analise as afirmativas: I. Servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público. II. Cargo público é criado por lei, em número certo, com denominação própria e retribuição pelo Município. III. A investidura ocorre com a posse e se completa com o exercício. Assinale a opção correta.

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) Apenas II e III estão corretas.
- E) I, II e III estão corretas.

QUESTÃO 05 | VIA DA APROVAÇÃO

Quanto aos deveres funcionais dos servidores municipais de Salvador, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Ser leal às instituições a que servir.
- B) Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- C) Cumprir toda ordem superior, ainda que manifestamente ilegal, preservando-se a hierarquia administrativa.
- D) Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
- E) Atender com presteza ao público e à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação pessoal.

QUESTÃO 06 | VIA DA APROVAÇÃO

Um servidor passou a exercer chefia imediata sobre sua irmã, também servidora da mesma unidade. Conforme a Lei Complementar Municipal nº 1/1991, essa situação

- A) é permitida, pois a vedação alcança somente cônjuge ou companheiro.
- B) é proibida, pois o servidor não pode manter sob sua chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- C) é permitida se ambos ocuparem cargos efetivos obtidos por concurso.
- D) é proibida apenas quando houver diferença remuneratória entre os cargos.
- E) depende exclusivamente de autorização do dirigente máximo do órgão.

QUESTÃO 07 | VIA DA APROVAÇÃO

A proibição de manifestação de desprezo no recinto da repartição comporta, na própria Lei Complementar Municipal nº 1/1991, uma ressalva. Assinale-a.

- A) É permitido criticar, em trabalho assinado, sob o ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço.
- B) É permitido divulgar acusação anônima quando houver interesse público.
- C) É permitido desqualificar superior hierárquico em rede social fora do expediente.
- D) É permitido recusar publicidade aos atos administrativos considerados inconvenientes.
- E) É permitido retirar documento da repartição para instruir crítica pessoal, sem autorização.

QUESTÃO 08 | VIA DA APROVAÇÃO

A respeito das responsabilidades do servidor público municipal, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O exercício irregular das atribuições pode gerar responsabilidade civil, penal e administrativa.
- B) As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se e são independentes entre si.
- C) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores, até o limite da herança recebida.
- D) Toda absolvição criminal afasta automaticamente as responsabilidades civil e administrativa.
- E) A responsabilidade civil decorre de ato ou omissão, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro.

QUESTÃO 09 | VIA DA APROVAÇÃO

Assinale a medida que **não** integra o rol de penalidades disciplinares da Lei Complementar Municipal nº 1/1991.

- A) Advertência por escrito.
- B) Suspensão.
- C) Afastamento preventivo.
- D) Demissão.
- E) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

QUESTÃO 10 | VIA DA APROVAÇÃO

Sobre advertência e suspensão no regime disciplinar municipal, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A advertência é aplicada por escrito nas hipóteses legalmente previstas.
- B) A suspensão não pode exceder noventa dias.
- C) A reincidência em infração punível com advertência pode ensejar suspensão.
- D) A suspensão imposta por recusa injustificada à inspeção médica cessa quando cumprida a determinação.
- E) A recusa injustificada à inspeção médica determinada pela autoridade competente sujeita o servidor à suspensão de noventa dias.

QUESTÃO 11 | VIA DA APROVAÇÃO

A Lei Complementar Municipal nº 1/1991 distingue abandono de cargo de inassiduidade habitual. Assinale a alternativa correta.

- A) Abandono é a ausência intencional por mais de 30 dias consecutivos; inassiduidade habitual, a falta injustificada por 60 dias interpolados em 12 meses.
- B) Abandono exige 60 dias consecutivos; inassiduidade habitual, 30 dias interpolados em seis meses.
- C) Ambos se configuram após 30 dias, variando apenas a existência de dolo.
- D) Abandono independe de intenção; inassiduidade habitual exige intenção específica.
- E) Inassiduidade habitual somente se caracteriza quando as faltas ocorrem em dias consecutivos.

QUESTÃO 12 | VIA DA APROVAÇÃO

Sem nova infração disciplinar no período, os registros de advertência e de suspensão são cancelados, respectivamente, após

- A) dois e quatro anos de efetivo exercício.
- B) três e quatro anos de efetivo exercício.
- C) três e cinco anos de efetivo exercício, sem efeitos retroativos.
- D) cinco e oito anos de efetivo exercício, com efeitos retroativos.
- E) um e três anos de efetivo exercício, desde que haja requerimento.

QUESTÃO 13 | VIA DA APROVAÇÃO

Quanto à prescrição da ação disciplinar, assinale a alternativa **incorreta** segundo a Lei Complementar Municipal nº 1/1991.

- A) O prazo é de cinco anos para infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
- B) O prazo é de dois anos para infrações puníveis com suspensão.
- C) O prazo é de cento e oitenta dias para infrações puníveis com advertência.
- D) Os prazos começam a correr da data em que o fato se tornou conhecido.
- E) A abertura de sindicância ou processo disciplinar interrompe a prescrição, fazendo o prazo integral recomeçar após a decisão final.

QUESTÃO 14 | VIA DA APROVAÇÃO

Para impedir que o servidor influencie a apuração, a autoridade competente poderá determinar seu afastamento preventivo do cargo

- A) por até 30 dias, prorrogáveis uma vez, com perda de metade da remuneração.
- B) por até 60 dias, sem prejuízo da remuneração, admitida prorrogação por igual prazo.
- C) por prazo indeterminado, desde que preservada a remuneração.
- D) somente após o indiciamento formal, por até 90 dias.
- E) apenas mediante decisão judicial, sem possibilidade de prorrogação.

QUESTÃO 15 | VIA DA APROVAÇÃO

Considere: I. Legislativo e Executivo são os Poderes municipais. II. Eles são independentes e harmônicos. III. O Município pode legislar sobre interesse local e suplementar a legislação federal e estadual. IV. O Judiciário integra os Poderes municipais. Está correto o que se afirma em

- A) I e III, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 16 | VIA DA APROVAÇÃO

Nos termos da Lei Orgânica de Salvador, assinale a alternativa que apresenta competência comum do Município, da União e do Estado.

- A) Promulgar emendas à Constituição Federal.
- B) Explorar diretamente serviços de telecomunicações.
- C) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- D) Legislar privativamente sobre direito penal.
- E) Organizar o Poder Judiciário estadual.

QUESTÃO 17 | VIA DA APROVAÇÃO

Sobre a emenda à Lei Orgânica do Município de Salvador, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Pode ser proposta por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.
- B) Pode ser proposta pelo Executivo Municipal.
- C) Pode decorrer de iniciativa de cinco por cento do eleitorado do Município.
- D) É aprovada em turno único por maioria absoluta dos vereadores.
- E) É promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

QUESTÃO 18 | VIA DA APROVAÇÃO

O Prefeito solicita urgência para projeto de sua iniciativa. Segundo a Lei Orgânica, se a Câmara **não** se manifestar no prazo aplicável, sobrestam-se as demais proposições. Esse prazo é de

- A) 45 dias, contado também durante o recesso parlamentar.
- B) 75 dias, cuja contagem não corre durante o recesso da Câmara.
- C) 60 dias, contado apenas em sessões ordinárias.
- D) 90 dias, sem suspensão durante o recesso.
- E) 30 dias úteis, prorrogáveis por igual período.

QUESTÃO 19 | VIA DA APROVAÇÃO

A respeito da Administração Pública na Lei Orgânica de Salvador, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A legalidade, a moralidade, a finalidade e a publicidade figuram entre os princípios básicos.
- B) Atos administrativos externos devem ser publicados no órgão oficial para produzirem efeitos regulares.
- C) A publicidade institucional deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- D) O Município deve anular os próprios atos ilegais e pode revogá-los por conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e o devido processo.
- E) A publicidade de atos, programas e campanhas pode conter nomes e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, se houver interesse informativo.

QUESTÃO 20 | VIA DA APROVAÇÃO

Nos termos da Lei Orgânica de Salvador, assinale a alternativa correta sobre o acesso a cargos e empregos públicos municipais.

- A) A investidura depende de aprovação prévia em concurso, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão; o concurso vale até dois anos, prorrogável uma vez por igual período.
- B) O concurso público tem validade obrigatória de quatro anos, sem possibilidade de prorrogação.
- C) Cargo em comissão somente pode ser ocupado por servidor efetivo aprovado em concurso específico.
- D) Durante a validade de concurso anterior, a Administração pode abrir novo certame para o mesmo cargo sem qualquer restrição.
- E) A exigência de concurso alcança também as funções de confiança, que são necessariamente providas por seleção externa.

FOLHA DE RESPOSTAS

Preencha uma única alternativa por questão. Use os campos inferiores para acompanhar seu desempenho.

QUESTÃO	A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐

QUESTÃO	A	B	C	D	E
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐

CONTROLE DE DESEMPENHO

Acertos	Erros	Em branco	Percentual	Tempo líquido
_____	_____	_____	_____ %	_____ min

Questões prioritárias para revisão: _____

Pontos de atenção: _____

GABARITO OBJETIVO

01-B 02-D 03-A 04-E 05-C 06-B 07-A 08-D 09-C 10-E 11-A 12-C 13-E 14-B 15-D 16-C 17-D
18-B 19-E 20-A

GABARITO COMENTADO

Use os comentários como revisão ativa: localize a regra, compare-a com sua escolha e registre o motivo do erro.

QUESTÃO 01 — GABARITO: B

Fundamento: art. 1º da LC nº 1/1991, com redação vigente. O diploma institui o regime jurídico estatutário dos servidores da Administração Direta, das autarquias e das fundações públicas do Município, em ambos os Poderes. Empresas públicas e sociedades de economia mista não integram esse recorte estatutário.

QUESTÃO 02 — GABARITO: D

Fundamento: arts. 30 a 34 da LC nº 1/1991. O estágio dura três anos, depende de Avaliação Especial de Desempenho e é acompanhado por comissão específica. A lei não autoriza afastamento livre: durante o período, o servidor não pode afastar-se do cargo, ressalvadas as hipóteses previstas em regulamento.

QUESTÃO 03 — GABARITO: A

Fundamento: art. 31 da LC nº 1/1991. Os fatores mínimos são pontualidade, assiduidade, disciplina, responsabilidade, produtividade e ética. Os demais itens misturam qualidades desejáveis com critérios que não compõem o rol mínimo legal.

QUESTÃO 04 — GABARITO: E

Fundamento: arts. 2º, 3º e 8º da LC nº 1/1991. As três proposições reproduzem os conceitos legais: servidor é a pessoa legalmente investida; o cargo possui criação legal, número certo, denominação própria e retribuição municipal; a investidura ocorre com a posse e completa-se com o exercício.

QUESTÃO 05 — GABARITO: C

Fundamento: art. 160, III, da LC nº 1/1991. O dever de obediência não alcança ordens manifestamente ilegais. Lealdade, representação contra ilegalidade, preservação do patrimônio e atendimento com presteza estão expressamente previstos entre os deveres funcionais.

GABARITO COMENTADO • QUESTÕES 06 A 10**QUESTÃO 06 — GABARITO: B**

Fundamento: art. 161, VIII, da LC nº 1/1991. É proibido manter sob chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil. A origem efetiva dos vínculos ou eventual autorização administrativa não elimina a proibição.

QUESTÃO 07 — GABARITO: A

Fundamento: art. 161, V, da LC nº 1/1991. A lei ressalva a crítica realizada em trabalho assinado, apreciando o ato sob o ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço. A exceção não autoriza anonimato, retirada irregular de documentos ou ofensa pessoal.

QUESTÃO 08 — GABARITO: D

Fundamento: arts. 165 a 170 da LC nº 1/1991. As esferas civil, penal e administrativa são independentes e podem cumular-se. A absolvição criminal só exclui as demais responsabilidades quando reconhece a inexistência do fato ou a negativa de autoria; não é qualquer absolvição.

QUESTÃO 09 — GABARITO: C

Fundamento: arts. 171 e 192 da LC nº 1/1991. Advertência, suspensão, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade são penalidades. O afastamento preventivo é medida cautelar destinada a preservar a apuração, e não sanção disciplinar.

QUESTÃO 10 — GABARITO: E

Fundamento: arts. 173 e 174 da LC nº 1/1991. A suspensão ordinária pode chegar a 90 dias, mas a recusa injustificada à inspeção médica sujeita o servidor a 15 dias de suspensão, cessando os efeitos quando a determinação for cumprida. A alternativa E troca o prazo específico pelo teto geral.

GABARITO COMENTADO • QUESTÕES 11 A 15**QUESTÃO 11 — GABARITO: A**

Fundamento: arts. 178 e 179 da LC nº 1/1991. Abandono exige ausência intencional por mais de 30 dias consecutivos. Inassiduidade habitual corresponde a 60 dias de faltas injustificadas, interpoladamente, durante 12 meses.

QUESTÃO 12 — GABARITO: C

Fundamento: art. 175 da LC nº 1/1991. Sem nova infração, o registro da advertência é cancelado após três anos e o da suspensão, após cinco anos de efetivo exercício. O cancelamento não produz efeitos retroativos.

QUESTÃO 13 — GABARITO: E

Fundamento: art. 187 da LC nº 1/1991. Os prazos são de cinco anos, dois anos e 180 dias, conforme a gravidade da sanção, e contam do conhecimento do fato. No regime municipal, a abertura de sindicância ou processo suspende a prescrição; após a decisão final, volta a correr o período restante, não um prazo integral novo.

QUESTÃO 14 — GABARITO: B

Fundamento: art. 192 da LC nº 1/1991. O afastamento preventivo pode durar até 60 dias, sem prejuízo da remuneração, e admite prorrogação por igual prazo. A medida cessa ao fim desses períodos ainda que a apuração não tenha sido concluída.

QUESTÃO 15 — GABARITO: D

Fundamento: arts. 3º e 7º da Lei Orgânica. No plano municipal, os Poderes são Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos. Também compete ao Município legislar sobre interesse local e suplementar a legislação federal e estadual. Não existe Poder Judiciário municipal.

GABARITO COMENTADO • QUESTÕES 16 A 20**QUESTÃO 16 — GABARITO: C**

Fundamento: art. 8º da Lei Orgânica. Proteger o meio ambiente e combater a poluição é competência comum dos entes ali indicados. As demais alternativas tratam de matérias atribuídas constitucionalmente a outros Poderes ou entes.

QUESTÃO 17 — GABARITO: D

Fundamento: art. 45 da Lei Orgânica. A emenda é discutida e votada em dois turnos, com intervalo mínimo de dez dias, e somente é aprovada se obtiver dois terços dos votos em ambos. As iniciativas indicadas nas alternativas A, B e C são admitidas, e a promulgação cabe à Mesa da Câmara.

QUESTÃO 18 — GABARITO: B

Fundamento: art. 47 da Lei Orgânica. Em projeto de iniciativa do Prefeito submetido a urgência, o prazo é de até 75 dias. Ultrapassado o prazo, outras proposições ficam sobrestadas até a votação, e a contagem não corre durante o recesso da Câmara.

QUESTÃO 19 — GABARITO: E

Fundamento: arts. 103, 104, 111 e 112 da Lei Orgânica. A publicidade institucional deve ser educativa, informativa ou de orientação social e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal. As demais alternativas reproduzem regras orgânicas de administração e controle dos atos.

QUESTÃO 20 — GABARITO: A

Fundamento: art. 127 da Lei Orgânica. A investidura exige concurso, ressalvado o cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. A validade é de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período; enquanto houver concurso válido com aprovados, a abertura de novo certame sofre a restrição prevista no dispositivo.

MAPA DE CONTEÚDOS

Relação entre cada questão e o dispositivo central utilizado na elaboração.

Q.	CONTEÚDO	BASE LEGAL
01	Regime estatutário e âmbito de aplicação	LC 1/1991, art. 1º
02	Estágio probatório: duração e avaliação	LC 1/1991, arts. 30-34
03	Fatores do estágio probatório	LC 1/1991, art. 31
04	Servidor, cargo, posse e exercício	LC 1/1991, arts. 2º, 3º e 8º
05	Deveres funcionais	LC 1/1991, art. 160
06	Proibições: chefia de parente	LC 1/1991, art. 161, VIII
07	Proibições: crítica assinada	LC 1/1991, art. 161, V
08	Responsabilidades do servidor	LC 1/1991, arts. 165-170
09	Penalidades e medida cautelar	LC 1/1991, arts. 171 e 192
10	Advertência e suspensão	LC 1/1991, arts. 173-174
11	Abandono e inassiduidade habitual	LC 1/1991, arts. 178-179
12	Cancelamento de registros disciplinares	LC 1/1991, art. 175
13	Prescrição disciplinar	LC 1/1991, art. 187
14	Afastamento preventivo	LC 1/1991, art. 192
15	Poderes e competência municipal	LOM, arts. 3º e 7º
16	Competência comum	LOM, art. 8º
17	Emenda à Lei Orgânica	LOM, art. 45
18	Processo legislativo: urgência	LOM, art. 47
19	Princípios, publicidade e autotutela	LOM, arts. 103, 104, 111 e 112
20	Concurso público	LOM, art. 127

REFERÊNCIAS E NOTAS DE ATUALIZAÇÃO

Lei Complementar Municipal nº 1/1991

Texto disponibilizado no portal oficial da Previdência Salvador. Base principal dos itens sobre regime estatutário, estágio probatório, deveres, proibições e disciplina.

Lei Complementar Municipal nº 89/2025

Alteração legislativa considerada na redação vigente do art. 1º e na denominação do regime jurídico estatutário.

Lei Orgânica do Município de Salvador

Texto consolidado pela Câmara Municipal de Salvador até a Emenda nº 41, edição 2024.2.

Edital do concurso da Guarda Civil Municipal de Salvador

Conteúdo programático utilizado para delimitar a disciplina Legislação Institucional.

ENDEREÇOS CONSULTADOS

LC nº 1/1991: previdencia.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Lei_Complementar_1-1991.pdf

Lei Orgânica: cms.ba.gov.br/lei-organica

Consulta de alterações: leis.org/prefeitura/ba/salvador/lei/lei-complementar/2025/89/

Material didático autoral.

As questões foram elaboradas exclusivamente para estudo. Em caso de alteração legislativa posterior, prevalece o texto oficialmente publicado.

VIA DA APROVAÇÃO

@palestranteluanlima